



MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI N° 2170, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre o parcelamento e/ou reparcelamento de débitos do Município de Passa Quatro junto ao seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento e/ou reparcelamento dos débitos do Município de Passa Quatro com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo Instituto Municipal de Seguridade Social, em até 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e sucessivas, de contribuições devidas pelo ente federativo, de contribuições descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, bem como de outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, relativos às competências apuradas até o mês de março de 2017, observado o disposto no artigo 5º-A, da Portaria do Ministério da Previdência Social – MPS nº 402/2008, com as alterações dispostas na Portaria do Ministério da Fazenda – MF nº 333/2017.

Art. 2º Para apuração do montante devido para fins de parcelamento, os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros simples de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento, com dispensa de multa.

Art. 3º Em caso de reparcelamento, para apuração do novo saldo devedor, os valores consolidados do parcelamento ou reparcelamento anterior e das suas respectivas prestações pagas serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros simples de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, acumulados desde a data da consolidação do parcelamento ou reparcelamento anterior e das datas das suas respectivas prestações pagas até a data da nova consolidação do termo de reparcelamento, com dispensa de multa.

Art. 4º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros simples de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento, com dispensa de multa.

